

RESEARCH ARTICLE

A concepção do Ideb e o uso de seus resultados para (re)organização das práticas de ensino-aprendizagem

José Marcio Silva Barbosa 

(a) Doutor em Educação pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) | Professor da Universidade do Estado de Minas Gerais (UEMG), Unidade Acadêmica de Divinópolis | Divinópolis, Brasil | Lattes ID: <http://lattes.cnpq.br/0795475468886946>

(1) E-mail (Corresponding author): jose.barbosa@uemg.br

História do artigo / Article history

Recebido: 07 outubro 2022 | Aceito: 27 janeiro 2023 | Publicado online: 09 abril 2023.

© O(s) Autor(es) 2023 | Publicado por Revista Brasileira do Ensino Médio. Este artigo é publicado com acesso aberto sob os termos da licença internacional Creative Commons Attribution 4.0 (CC BY-NC 4.0).



RESUMO

Este artigo apresenta os resultados parciais de investigação mais ampla que estamos realizando sobre o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica com uma delimitação específica no sistema municipal de ensino em Minas Gerais. O estudo em referência selecionou e refletiu uma amostra de três escolas da rede pública de ensino, que foram premiadas no “Ideb transformação” no ano letivo de 2019. Apóia-se na pesquisa bibliográfica para uma abordagem inicial do tema. Dentre as constatações que o trabalho proporcionou estão a comprovação de que é necessário um repensar sobre a qualificação da concepção do Ideb e o uso de seus resultados, no intuito de fortalecer e, consequentemente, melhorar o trabalho desenvolvido pelos diretores escolares a favor da aprendizagem dos alunos.

Palavras-chave | Ideb. Ensino-aprendizagem. Planejamento Educacional.

ABSTRACT / RESUMEN

The conception of Basic Education Development Index (Ideb, Brazilian acronym) and the use of its results for the (re)organization of teaching-learning practices

Abstract | This paper presents the partial results of a broader investigation that we are carrying out on the Basic Education Development Index (Ideb, Brazilian acronym) with a specific delimitation in the municipal education system in Minas Gerais State, Brazil. The study in question selected and reflected a sample of three schools in the public education network, which were awarded in the “Ideb Transformation” in the 2019 school year. It is supported by bibliographic research for an initial approach to the theme. The proof that it is necessary to rethink the Ideb conception qualification and the use of its results are among the findings that this work has provided to strengthen and, consequently, improve the work developed by school principals in favor of the student learning

Keywords | Educational planning. Ideb. Teaching-learning.

La concepción del Índice de Desarrollo de la Educación Básica (Ideb) en Brasil y el uso de sus resultados para la (re)organización de las prácticas de enseñanza-aprendizaje

Resumen | Este artículo presenta los resultados parciales de una investigación más amplia que estamos realizando sobre el Índice de Desarrollo de la Educación Básica (Ideb) en Brasil, con una delimitación específica en el sistema educativo municipal del estado de Minas Gerais. El estudio en cuestión seleccionó y analizó una muestra de tres escuelas públicas, que fueron premiadas en “Ideb Transformación” en el ciclo escolar 2019, apoyándose en la investigación bibliográfica para un acercamiento inicial al tema. Entre otros hallazgos, se encontró que es necesario repensar la calificación de la concepción del Ideb y el uso de sus resultados para fortalecer y, en consecuencia, mejorar el trabajo que realizan los directores de las escuelas en favor del aprendizaje de los estudiantes.

Introdução

Este artigo apresenta os resultados parciais de uma investigação mais ampla que estamos fazendo sobre o impacto da atuação de diretores escolares na avaliação da educação básica. Trata-se de uma síntese inscrita na pesquisa científica o “IDEB transformação” na rede pública de ensino de Divinópolis - Minas Gerais, desenvolvida na Universidade do Estado de Minas Gerais, com vinculação ao Programa de Bolsas de Produtividade em Pesquisa (PQ) da Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação.

Na investigação que realizamos, optamos por trabalhar com o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB), tendo como objeto de reflexão três escolas da rede pública de ensino premiadas pelo crescimento progressivo nos resultados alcançados pelo índice. Por serem considerados bons índices em relação às médias nacionais e a partir dos dados numéricos apresentados até aqui, estas escolas são claramente identificadas pela “transformação”, que é um programa do Governo de Minas para homenagear as escolas que alcançaram publicamente as práticas e experiências bem-sucedidas da comunidade escolar no processo de melhoria da qualidade do ensino.

Para conduzir uma escola nessa direção, são levadas em consideração as seguintes questões: os dados estatísticos do Ideb podem dar mais pistas para proposição de ações conjuntas em detrimento de outros aspectos fundamentais que envolvem a prática de ensino-aprendizagem? Existe uma relação entre prática de ensino e avaliação? E como reorientar o trabalho de planejamento escolar? Na busca de respostas a essas questões, não podemos perder de vista que o “objetivo maior é a construção de uma escola com qualidade social, capaz de ser um espaço de crescimento para os alunos e para todos que nela trabalham, com gestão democrática e em sintonia com a produção social do conhecimento” (PIMENTA; LIMA, 2017, 275).

Nesta fase inicial de estudo e em constante diálogo com as reflexões teóricas, adotou-se um estudo bibliográfico que conseguimos selecionar no âmbito da investigação realizada, textos que nos permitem uma compreensão adequada do assunto que estamos estudando.

Nosso esforço para desenvolver uma sistematização desses estudos é que eles precisam ser interpretados assim como as informações dos resultados do índice na rede pública de ensino, possibilitando interpretações mais abrangentes sobre o material específico para análise, no sentido de selecionar o assunto, as inclinações e as tendências para a elaboração de um trabalho científico (MARCONI; LAKATOS, 2003).

Entende-se, de resto, em conformidade com o quadro teórico e metodológico aqui proposto, que iremos apresentar uma hipótese de trabalho com base na produção teórica entre o sentido mais avançado das críticas em torno do índice e as possíveis práticas de avaliação educacional no contexto escolar.

Avaliação institucional na escola: Ideb

Nesta seção, a avaliação assume explicitamente o conceito como um processo contínuo de “análise e reflexão sobre as aprendizagens dos estudantes e sobre o trabalho pedagógico em sala de aula e o de toda a escola, acompanhado da formulação de meios para seu avanço” (VILLA BOAS, 2017, p. 24). Assim, discutir a avaliação institucional da escola, de alguma forma, permite-nos reelaborar criativamente a autonomia de sistemas de ensino e escolares.

Diversos mecanismos de políticas de avaliação da Educação Básica operam nos sistemas de ensino de modo a produzir um melhor desempenho dos estudantes e da escola. A forma como o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb) é tratado nas redes públicas de ensino merece atenção. São ricas posições e debates levantados pelos acadêmicos da área que aportam experiências, conhecimentos e olhares multifacetados para o tema.

Quando pensamos a avaliação escolar, ela compreende duas dimensões importantes: a avaliação institucional e a avaliação das aprendizagens (FERNANDES, 2017). Para a autora, a avaliação institucional tem por função acompanhar o trabalho realizado na escola e avaliar os objetivos traçados em seu projeto político-pedagógico, bem como os planos anuais das escolas, quando existem.

Ressalta-se ainda que “a avaliação institucional é uma estratégia fundamental e imprescindível para a melhoria da qualidade de ensino pretendida” (LÜCK, 2012, p. 25), uma vez que abrange todas as dimensões de atuação da escola e a interação entre elas, com foco na aprendizagem dos alunos, tanto no momento presente como evolutivamente.

Comumente atribui-se à avaliação institucional da escola subsidiar a tomada de decisões pelos dirigentes escolares, as quais norteiam a organização, o planejamento e a implementação de ações de gestão, tendo como foco a qualidade do ensino e a aprendizagem, que são os formadores dos seus alunos. E no que diz respeito à avaliação da aprendizagem, Fernandes (2017, p. 116) afirma que é a função principal da escola assimilar muitos e diferentes conhecimentos para que os estudantes possam aprender a viver em grupo e coletivamente, para ver o mundo que os cerca com um olhar mais crítico, mais reflexivo. Sendo assim, a avaliação das aprendizagens torna-se uma avaliação de desempenho, uma medida para examinar o quanto daquele conhecimento dado por etapas foi assimilado pelos estudantes.

Segundo Both (2015), esta expressão revela que a função avaliativa, acima dos resultados quantitativos que dela possam decorrer, demonstra a evolução gradual no processo educativo que favorece o aluno em valores qualitativos, entre outros a priorização pedagógica da aprendizagem acima do valor social que uma boa nota até então vinha representando nos meios escolares.

Até 2005, o Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB) dava poucas condições à diretoria ou ao diretor da escola de saber se seus esforços para melhorar as condições de aprendizagem no seu estabelecimento de ensino produziam ou não os resultados esperados.

No escopo do SAEB, o desempenho escolar é definido como os resultados obtidos pelos alunos do Ensino Fundamental e Médio nas disciplinas de Língua Portuguesa e Matemática. Os resultados alcançados são representados em uma escala de desempenho que descreve, em cada nível, as competências e as habilidades que os alunos são capazes de comprovar. Essa escala, conforme esclarece o Relatório Nacional do SAEB, possibilita identificar o percentual de alunos que já construíram as competências e as habilidades desejáveis para cada uma das séries avaliadas, quantos ainda estão em processo de construção, quantos estão abaixo do nível que seria desejável para a série e quantos estão acima do nível que seria esperado (BRASIL, 2007).

O problema é quando passamos a tratar esse índice como um indicador de qualidade como resultado de produto. É necessário ir mais fundo na compreensão do problema.

Implementado pelo governo federal para a Educação Básica, um exemplo que nos parece bastante elucidativo é o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) que, nos últimos tempos, tem retratado, estatisticamente, uma melhoria da qualidade de ensino das escolas. Um dos pontos de destaque de sugestão do Ministério da Educação (MEC) é a busca por resultados com foco na aprendizagem para viabilizar o desempenho do educando, indicando, portanto, quão eficientes são as redes de ensino ao ensinar português e matemática.

O IDEB é calculado combinando dados de aprovação escolar e média de desempenho em provas, cuja proposta é que o Brasil chegue à média de 6,0 de forma a atingir o nível de qualidade educacional (BRASIL, 2007). Além disso, o índice serve como parâmetro para avaliar a situação de cada município brasileiro, os resultados obtidos na Avaliação Nacional da Educação Básica na Prova Brasil e no Censo Escolar.

Para priorizá-lo, aspectos operacionais da avaliação, entre eles os critérios de notas que cada aluno adquire, seja nas avaliações da Provinha Brasil (ensino fundamental), seja na Prova Brasil (ensino médio) ou na responsabilização pelos resultados, vêm exigir das escolas a busca por números quantitativos, estabelecendo os melhores e os piores desempenhos conseguidos pelas escolas. Entretanto, a forma como a avaliação educacional vem sendo tratada como base para os principais problemas da educação no país tem recebido amplas críticas.

Promovido sob a perspectiva de implementação do índice IDEB nas escolas de seus resultados como um processo de transformação de práticas avaliativas, Saviani(2009) argumenta que este índice é expresso de forma numérica, o que traz certa confusão na interpretação e na divulgação. Discute-se que é necessário ter atenção na hora de compreendê-lo e introduzi-lo nas redes e nas escolas, na busca constante da escola pela melhoria da qualidade de ensino, seguido, pela comunidade escolar, de estratégias “eficientes” que visam a garantir um melhor desempenho. Segundo este mesmo autor, a lógica que embasa a proposta do “Compromisso Todos pela Educação” pode ser traduzida como uma espécie de “pedagogia de resultados” (SAVIANI, 2009, p. 1253).

Para Augusto (2013), a política de resultados, como vem sendo feita em Minas Geras, é um modelo que coloca sobre os ombros das escolas e dos professores a responsabilidade pelo sucesso ou o fracasso dos alunos, como se o desempenho acadêmico do aluno dependesse exclusivamente da ação pedagógica do professor, que deve, segundo tal lógica, monitorar resultados, contribuir na economia de despesas, sempre em sintonia com os objetivos mais amplos do governo.

Rezende (2014, p. 157) mostra que a personalização da avaliação passa a ser tratada como uma espécie de pessoa, dotada de caráter duvidoso. Daí a observância de expressões tais como “a avaliação é

responsável pela situação crítica das escolas”, “a avaliação faz ranqueamento de alunos”, “a avaliação penaliza os professores e diretores” e outras do gênero.

Associada a esse tipo de crítica, é necessário reconhecer as condições materiais e concretas segundo as quais o índice pode ser implementado de forma universal na escola pública brasileira e que a escola faça uma real reflexão que venha decifrar sinais de mudança e transformação social na escola. Um dos princípios que orientam essa mudança no contexto escolar é a concepção de planejamento como um processo individual/coletivo no qual a equipe escolar “avalia o trabalho político-pedagógico em curso, analisa criticamente os resultados, concebe novas formas de atuação, toma decisões e executa planos e projetos, avalia resultados finais e parciais e retoma novamente o ciclo dinâmico e vivo do planejamento” (PIMENTA; LIMA, 2017, p. 277). Nesse sentido, o acompanhamento e a avaliação do trabalho das escolas subsidiam informações que retroalimentam o planejamento em nível micro para a busca de soluções dos problemas e para as tomadas de decisões.

O planejamento no contexto escolar: revendo práticas de ensino

Tornando-se uma constante na escola, aquela sistemática de trabalho da equipe pedagógica irá transformar a mentalidade de todos os envolvidos na avaliação institucional na escola que, gradativamente, passarão a desenvolver atividades escolares de forma mais consciente. Isso só será possível com uma “gestão escolar democrática que possibilite o diálogo e a comunicação horizontal entre professores e entre eles e os estudantes” (VILLA BOAS, 2017, p. 23). Para que essa mentalidade crítica se instale, é imprescindível que o trabalho dos diretores escolares abra mão da centralização do poder hierarquizado e burocrático no interior da escola e sejam criadas novas bases para a organização do trabalho pedagógico de forma democrática.

Sabemos que muitas estratégias políticas e educacionais são pensadas para reverter os baixos índices de rendimentos apresentados na educação brasileira. Como os testes que compõem o Ideb são aplicados a estudantes dentro da escola, torna-se necessário que essas escolas compreendam seus propósitos e saibam tirar proveito de seus resultados.

Em outras palavras, “a ampliação do campo da avaliação não significa dar lugar de destaque aos testes e seus resultados e ao ranqueamento de estudantes e escolas” (VILLA BOAS, 2017, p. 24). Prevalece aqui a ideia de que o planejamento contribui para o desenvolvimento de ações voltadas às aprendizagens dos estudantes e como instrumento facilitador para novas alternativas didáticas que possibilitarão o surgimento de novas formas de trabalhar em sala de aula.

Argumentamos que, considerando as políticas de avaliação da Educação Básica, há no mínimo duas dimensões da realidade que correspondem à gestão escolar: o planejamento educacional e as práticas de ensino. De fato, estas referências detalham estratégias e processos no âmbito do município que deverão ser priorizados para superar as deficiências identificadas pela avaliação.

A indissociabilidade entre avaliação e aprendizagem caracteriza o fator didático, pedagógico e metodológico permanente, não permitindo a existência de hiato de tempo entre os três componentes (BOTH, 2015, p. 33112). Para o autor, indissociabilidade, aqui no caso, não constitui quebra de individualidade própria de cada um desses elementos, mas a união do compromisso pedagógico e metodológico inerente à avaliação e à aprendizagem em função da melhoria de desempenho do estudante.

Encarando a avaliação igualmente como processo didático em função da aprendizagem, Both (2015, p. 33112), citando Rodríguez Diéguez (2001, p. 38), expressa que “a avaliação consiste no processo e no resultado da coleta de informação sobre um aluno ou um grupo de classe com a finalidade de tomar decisões que afetem as situações de ensino”. Tal posicionamento se enquadra no passo a passo didático da aprendizagem.

Nesse sentido, a Didática é fundamental para o profissional da área da educação, uma vez que, entre seus componentes, estão a avaliação e o planejamento de ambos em uma teia de relações que vão definindo a docência e as práticas de ensino. E o que os jovens e crianças estão aprendendo em que tempo, de que forma e qual interesse fica em segundo plano, ou em nenhum, na maioria das vezes (FERNANDES, 2017, p. 117).

Para isso, o professor deve recorrer a atividades diversificadas e contextualizadas que promovam aprendizagens específicas dos estudantes. Fernandes (2017, p. 117), citando Esteban (1999), afirma que avaliar as aprendizagens tem o compromisso de ser uma ação que concorra para o sujeito aprender, que seja um acompanhamento dos processos de ensinar e aprender dos professores e estudantes e que permita que os saberes e ainda não saberes dos estudantes sejam os promotores, os guias dos planejamentos docentes.

Recuperar o lugar do planejamento na escola é reconhecer que o ato de planejar no processo de ensino é fundamental para a formação de cidadãos críticos, compromissados com a transformação da sociedade para a melhoria da qualidade de vida para todos os cidadãos. Para Silva (2017, p. 37), valorizar o planejamento como processo de concepção de trabalho e sua sistematização em forma de planos é hoje mais do que uma necessidade, é uma urgência. Entretanto, o que se percebe é que o planejamento dos professores fica balizado pelos programas, e as provas e exames seguem esse planejamento prévio (FERNANDES, 2017, p. 117).

Para Silva (2017, p. 29), planejar é refletir crítica e coletivamente para a tomada de decisões que expressam a concepção de educação, sociedade e cidadania dos sujeitos envolvidos no ato educativo. É um processo contínuo, dinâmico, que requer dedicação, intencionalidade e atenção dos que dele participam. Como afirma Lück (2012, p. 118), “a escola que não se avalia não consegue ter uma visão objetiva dos seus ganhos e avanços promovidos pelos seus esforços”. Isso porque nem sempre as condições reais são as ideais e os problemas sentidos e com valores, problemas e conhecimento que os alunos têm refletem o que de fato os índices retratam. Dessa forma, “o planejamento é o espaço privilegiado, de um lado, para fazê-lo aflorar e, de outro, para a tomada de decisões para a prática docente” (PIMENTA; LIMA, 2017, p. 287).

Diante desse cenário, o interesse do pesquisador em investigar os novos desafios da avaliação institucional da escola no âmbito municipal instiga-nos a explicitar as novas atribuições que passam a ser incorporadas na atuação de diretores(as) escolares pela interpretação e pelo *feedback*, que, simultaneamente, viabilizem boas decisões e atinjam objetivos e metas traçadas pelo Ideb ao alcance de novos patamares de desenvolvimento das práticas de ensino-aprendizagem. Certamente, também é necessário conhecer as dificuldades e limitações registradas em relação a essa prática, de modo a superá-las.

Resultados e discussão

A experiência do município de Divinópolis, situado no oeste de Minas Gerais, localizado próximo à região metropolitana de Belo Horizonte, distante cerca de 120 quilômetros da capital do estado foi alvo de destaque de avaliação do desempenho das escolas.

Reportamo-nos às três instituições pesquisadas das quais elegemos para discutir neste artigo alguns elementos que se referem mais diretamente ao quesito avaliação.

Em uma notícia de circulação local – Portal Agora, em setembro de 2020, três escolas de Divinópolis serão premiadas no “Ideb transformação”, do governo do Estado de Minas Gerais. O Programa foi lançado pelo governo para homenagear as escolas estaduais que alcançaram notas no índice e taxa de participação no último Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica (Saeb) igual ou superior a 80%.

Em 2019, o município alcançou os índices do Ideb previstos para serem alcançados no período supracitado, ou seja, a escola A, escola B e escola C, e seus respectivos índices, 5,5; 5,5 e 6,3 alcançaram bons

resultados na meta do Ideb na etapa do ensino médio. Tais dados foram retirados do *site* do Inep e do *site* das três escolas contempladas com a premiação.

Em Divinópolis, a Secretaria Regional de Educação de Divinópolis recebe destaque na primeira edição da premiação. Segundo a pasta, os resultados alcançados são fruto da dedicação e empenho de gestores, professores, alunos e famílias.

Os critérios adotados para a seleção das escolas tiveram como horizonte cinco categorias: I - Ideb: contempla unidades escolares pela pontuação do Ideb, por nível de ensino; II - Variação do Ideb: contempla unidades escolares pela variação positiva do Ideb, considerando os dois últimos índices publicados, por nível de ensino; III - Desempenho: contempla unidades escolares pela pontuação obtida no indicador de desempenho na avaliação Saeb, por nível de ensino; IV - Variação de desempenho: contempla unidades escolares pela variação do indicador de desempenho nas duas últimas edições do Saeb, por nível de ensino; V - Gestão: contempla unidades escolares que se destacaram nas duas últimas edições da avaliação Saeb e na variação positiva do Ideb, considerando os dois últimos índices publicados, em todos os seus níveis de ensino (PORTAL AGORA, 2020, s/n).

A escola A obteve desempenho com destaque no item I, a escola B também no item I e escola C, destaque nos itens III. Considerando os destaques aqui mencionados, não iremos ater a discutir os ganhos desse desempenho; basta que consideremos que o Ideb não consegue abranger todas as diversas aprendizagens, nem sempre quantificáveis e muitas vezes sem levar em conta os conflitos, ambiguidades, as contradições e as possibilidades nele presente.

O que temos em comum é a compreensão de que a pontuação do Ideb, por nível de ensino (1º critério) e com grande ênfase é que a partir dos testes e exames de larga escala é possível verificar a proficiência dos alunos em dadas áreas de conhecimento. Podemos dizer que, de modo geral, em cada coleta de dados, entende-se que os alunos foram testados em Leitura e Matemática na explicação do desempenho escolar no ano letivo e os resultados do Ideb das escolas premiadas fornecem evidências de maximização da aprendizagem dos alunos entre as escolas da rede de ensino.

Para início de conversa, não há dúvidas sobre o papel eficaz das escolas motivadas pela premiação do “Ideb transformação” no município, o que nos leva a acreditar que tais variações são explicadas por diferentes fatores e características escolares que maximizam a aprendizagem dos alunos.

Os dados apresentados podem evidenciar inúmeras questões principalmente para a tomada de decisões que incidam diretamente sobre o aperfeiçoamento do processo ensino-aprendizagem. É que para além da padronização do índice, eles estão sustentados sobre a lógica de fornecer resultados, ficando, com isto, “a descoberto” as causas, o processo (Caderno de Educação, CNTE, 2004).

Ao nosso horizonte, é preciso ir além dos significados dos resultados apresentados dos índices capazes de todos os envolvidos na gestão escolar serem críticos e atribuir significados à informação a respeito dos processos avaliativos. Então, teremos que avaliar tendendo de certa maneira a identificar todas as formas de trabalho realizado nas escolas.

Entre as múltiplas possibilidades de análise, uma delas é compreender que, no espaço da sala de aula, nesse espaço de aprendizagem, a produção do conhecimento bem como a natureza do trabalho pedagógico e a natureza da relação pedagógica é um fator fundamental para a formação dos alunos. Isto obriga a que as escolas contem em seu interior o impacto significativo sobre a aprendizagem dos alunos.

No entanto, os recortes aqui apresentados apontam para uma acentuação de alternativas didáticas como novas formas de trabalhar em sala de aula que assegurem condições pedagógicas de aprendizagem. Nesse sentido, passamos à apreensão das principais diretrizes norteadoras na implementação dos processos avaliativos.

A resposta prossegue quando levamos em consideração a ideia de que avaliamos não apenas o “desempenho dos estudantes em relação aos conteúdos desenvolvidos em sala de aula, mas também aspectos mais abrangentes, ligados a intencionalidade da ação educativa e à formação do cidadão, assim como atuação dos professores” (SILVA, 2017, p. 34).

Sabemos que muitas são as possibilidades de se pensar o que a escola pode fazer com os resultados dos testes. É necessário problematizar a relação, tão em voga em nosso discurso educacional contemporâneo, que:

Avaliação não é medida nem sinônimo de exame, portanto, não deveria classificar estudantes ao longo do processo de aprendizagem, nem excluí-los. Avaliação teria um cunho de formação, de orientadora dos processos e não de verificação de resultados que, distanciada do caminho do aprender, ao final dele resultaria um produto (FERNANDES, 2017, p. 118).

Argumentamos que há de se romper com a crença de que a avaliação se dá a partir de uma perspectiva de avaliação classificatória/excludente. Não descartamos o mérito de cada escola premiada na rede de ensino, as ações de gestão escolar com as análises de indicadores importantes relativos, por exemplo, ao fluxo escolar, evasão, repetência deverão ter por finalidade ao final do processo uma reapropriação pelas escolas e professores novas propostas metodológicas que ensejam outras práticas avaliativas de caráter mais formativo.

No segundo critério que está relacionado ao desempenho, percebe-se que as unidades escolares premiadas pela pontuação obtida no indicador desempenho na avaliação do Saeb, por nível de ensino, cabem destacar algumas premissas que estruturam alguns argumentos importantes.

Pensamos que o modo de gestão baseado na reorganização do processo de trabalho escolar e docente é capaz de garantir um desempenho escolar desejável. Ao nosso horizonte, a escola que avalia formativamente os alunos não pode deixar de autoavaliar-se. Desse modo, o desafio apresentado para nós, professores, no atual cenário, gira em torno de “como transformar todos esses recursos em aliados na sala de aula, compreendendo que seu uso nunca é puramente instrumental não tem um fim em si mesmo” (SILVA, 2017, p. 35).

De nada adiantará olhar para os resultados do Ideb se não tivermos critérios claros, negociados e planejados. A postura da gestão escolar e dos próprios professores deve ser uma constante por meios diversos. Quanto a isso, alertamos para o seguinte questionamento: o que pode ser feito para que o trabalho escolar seja constantemente aperfeiçoado a partir dos resultados do Ideb?

Aconselhamos fortemente utilizar os resultados alcançados para um acompanhamento, levando em consideração que a avaliação deva ser construída por um processo contínuo, formativo, predominantemente qualitativa e de caráter democrático que se efetivem na gestão escolar.

Mesmo que de forma bastante sintética, os resultados do Ideb devem assumir a possibilidade de produzir alternativas ao modelo de avaliação predominantemente numérico e que se pretenda muito mais o ranqueamento e a culpabilização dos docentes pela ineficiência do desempenho dos alunos e da escola. E nós sabemos que isso frequentemente acontece.

Em consequência, o que é preciso? Inicialmente, examinar o desempenho dos alunos tanto pelas suas características pessoais, socioeconômicas e culturais quanto pelas características das escolas que frequentam. Isso significa planejamento. Em direção a sua elaboração, é importante que ele seja discutido com toda a equipe escolar. O planejamento do trabalho pedagógico favorece a constituição desse processo reflexivo e de tomada de decisões no interior da escola, sendo, portanto, uma ação imprescindível para qualificar o trabalho escolar e a atuação dos sujeitos que, cotidianamente, fazem educação sistematizada (SILVA, 2017, p. 29).

Nesse sentido, a partir dos resultados alcançados por cada escola premiada é possível inferir se há coerência entre eles e as discussões dos gestores escolares integrantes da pesquisa. Para isto, trabalharemos na próxima etapa, a aplicação de questionários visando ampliar discussões em relação aos aspectos destacados sobre seu trabalho.

Enfim, as considerações iniciais da pesquisa têm sido fundamentais para que a literatura nacional que investigamos pudessem ter sentido e permitisse uma compreensão adequada do assunto que estamos estudando. Sem dúvida, trata-se de resultados particularmente importante para a gestão escolar, uma vez que chama atenção para possíveis mecanismos implícitos de fatores escolares, questões voltadas mais especificamente para o que acontece em sala de aula, dimensões sociais e cognitivas, trabalho docente nas escolas entre tantos outros.

Estudos futuros sobre a evolução e dos critérios utilizados no Ideb comprometidos somente com resultados é que poderão responder se os mecanismos da avaliação acentuam ou não todas as atividades presentes no dia a dia da escola e da sala de aula desde o seu planejamento até a conclusão do processo avaliativo. É a necessária articulação entre o trabalho pedagógico comprometido com a evolução da proficiência dos alunos em diferentes turmas que precisam aproximar-se da realidade dessas escolas.

Considerações finais

Este artigo propôs uma reflexão acerca da concepção do Ideb e do uso de seus resultados para (re)organização das práticas de ensino-aprendizagem. Foi esta motivação original da pesquisa que buscamos desde 2020 evidências capazes de identificar os resultados conseguidos no Ideb na rede pública de ensino.

Através da discussão teórica e de algumas informações relevantes em torno dos dados numéricos alcançados em três escolas da rede pública municipal de Divinópolis em Minas Gerais, buscamos acompanhar os critérios adotados pela maioria dos diretores/professores os melhores desempenhos nos índices, uma vez que os resultados se aproximam da média satisfatória do Ideb no ano letivo de 2019.

Dentre as constatações que o trabalho proporcionou estão a comprovação de que é necessário um repensar sobre a qualificação da concepção do Ideb e o uso de seus resultados, no intuito de fortalecer e, conseqüentemente, melhorar o trabalho desenvolvido pelos diretores escolares a favor da aprendizagem dos alunos.

No sentido de somar esforços, afirmamos que o uso de recursos didático-pedagógicos pelos professores, diretores e alunos não pode ocorrer de forma excludente a partir dos resultados do Ideb. Para consolidar este princípio, constata-se que o papel da avaliação educacional é o de estabelecer uma observação objetiva da realidade, de modo a orientar novas ações de melhoria a respeito da aprendizagem dos alunos da Educação Básica. Por consequência, questionamos se os dados estatísticos do Ideb podem dar mais pistas para a proposição de ações conjuntas em detrimento de outros aspectos fundamentais que envolvem a prática de ensino-aprendizagem e, por sua vez, se haveria uma relação entre prática de ensino e avaliação visando a reorientar o trabalho de planejamento das escolas.

Como vimos ao longo deste texto, as repostas plausíveis a essas questões devem ser tratadas como processo contínuo de análise, reflexão e crítica sobre as aprendizagens dos estudantes e sobre o trabalho pedagógico na sala de aula e em toda a escola, acompanhado da formulação de meios para seu avanço de forma qualitativa. Um aspecto importante a considerar é o uso que o governo de Minas Gerais faz dos resultados das avaliações. A análise feita por Augusto (2013) mostra que os resultados das avaliações poderiam servir para uma busca pela efetividade do direito a uma educação de qualidade para todos. Com isso, é de extrema importância que os dados fornecidos pelo Ideb das respectivas escolas em estudo sejam colhidos com muita seriedade e atenção.

Este é o momento de continuar a pesquisar as contribuições que elas darão a toda a ação da escola na busca de garantir seu direito à aprendizagem por meio de suas atribuições, sejam elas administrativas, pedagógicas e da análise dos resultados educacionais. Com isso, as instituições de ensino de Educação Básica irão desempenhar um papel cada vez mais ativo e relevante na vida dos cidadãos, atendendo ao que a avaliação institucional irá exigir para uma melhor preparação, quer ao nível do ensino-aprendizagem, quer ao nível dos resultados e do desempenho tanto escolar quanto de seus alunos.

Referências

- 1 AUGUSTO, Maria Helena. Os últimos dez anos do governo em Minas Gerais: a política de resultados e o trabalho docente. **Educação & Sociedade**, vol. 34, n. 125, out.-nov., 2013, 1269-1285. Disponível em: <http://redalyc.org/articulo.oa?id=87330049013>. Acesso em: 01 de junho de 2022.
- 2 BOTH, Ivo José. Avaliação para aprendizagem: a didática na prática pedagógica. **EDUCERE**, XII Congresso Nacional de Educação, PUC Paraná, outubro de 2015. ISSN: 2176-1396. Disponível em: <https://educere.bruc.com.br/arquivo/pdf2015/161127262.pdf>. Acesso em: 30 de maio de 2022.
- 3 BRASIL. Ministério da Educação. **IDEB: como melhorar os índices**. Brasília, DF, 2007. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br>. Acesso em: 10 de março de 2022.
- 4 CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS TRABALHADORES EM EDUCAÇÃO. Brasília/DF. XXIX Congresso Nacional dos trabalhadores em Educação – CNTE. **Cadernos de Resolução**. 2004, p. 03 -64.
- 5 FERNANDES, Cláudia de O. O que a escola pode fazer com os resultados dos testes externos? In: VILLA BOAS, Benigna (org.). **Avaliação: interações com o trabalho pedagógico**. Campinas, SP: Papirus, 2017, p. 115 – 126.
- 6 LÜCK, Heloísa. **Perspectivas de avaliação institucional da escola**. Petrópolis: Vozes, 2012.
- 7 MARCONI, M. de A.; LAKATOS, E. M. **Metodologia do trabalho científico**. São Paulo: Atlas, 2003.
- 8 PIMENTA, Selma Garrido; LIMA, Maria Socorro Lucena. **Estágio e docência**. São Paulo: Cortez, 2017.
- 9 REZENDE, Wagner Silveira. Alguns problemas de interpretação sobre a natureza da Avaliação Educacional em Larga Escala. **Revista Pesquisa e Debate em Educação**, v. 4, n. 2, p. 156-162, 2014.
- 10 SAVIANI, Dermeval. **O Plano de Desenvolvimento da Educação: Análise do projeto do MEC**, 2007.
- 11 SILVA, Edileuza Fernandes da. O planejamento no contexto escolar: pela qualificação do trabalho docente e discente. In: VILLA BOAS, Benigna (org.). **Avaliação: interações com o trabalho pedagógico**. Campinas, SP: Papirus, 2017, p. 25 – 38.
- 12 VILLA BOAS, Benigna. O dia a dia do trabalho pedagógico: contribuições para a formação dos professores e dos estudantes. In: VILLA BOAS, Benigna (org.). **Avaliação: interações com o trabalho pedagógico**. Campinas, SP: Papirus, 2017, p. 13 – 24.